

**PORTARIA Nº 279/GABS/SAP, DE 13/04/2020.**  
O Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no art. 22 da Lei nº 6.745/1985, art. 1º, inciso I do Decreto nº 1.514/2000 e processo SJC 32770/2019, resolve: **REMOVER A PEDIDO** o servidor abaixo relacionado, da Penitenciária Sul para o Presídio Regional de Araranguá, a contar de 08/04/2019.

NOME	MATRICULA
JOEL FARIAS	345.099-6-01

**LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**  
Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa  
Cod. Mat.: 664706

**PORTARIA Nº 300/GABS/SAP, DE 13/04/2020.**  
“Prorroga a duração das medidas definidas na Portaria nº 196/GABS/SAP”.

**CONSIDERANDO** o disciplinado no Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, bem como as determinações dos Decretos nº 524 e 525, ambos de 23 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a necessária adoção de medidas de prevenção, diante do aumento do número de registros de infectados pelo coronavírus (COVID-19), no País;

**CONSIDERANDO** as orientações da Secretaria de Estado da Saúde e as regras e protocolos de prevenção a serem adotados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manutenção das medidas preventivas ao COVID-19 junto ao sistema prisional e socioeducativo catarinense.

O Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no processo SJC 28054/2020, resolve:

**Art. 1º** Ficam prorrogadas por 30 (trinta) dias, a contar de 17/04/2020, as medidas definidas na Portaria nº 196/GABS/SAP, a qual determina a suspensão do trabalho externo realizado por reeducandos no sistema prisional catarinense.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**  
Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa  
Cod. Mat.: 664707

Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº2019TR1571**, de 18/12/2019. PARTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, o Município de Vargem Bonita. O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação de prazo de vigência do convênio, podendo ser cessado antes deste prazo, logo após a realização das atividades previstas e dos produtos entregues, conforme Convênio original. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do convênio original não alterado por este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: fica prorrogada a vigência do convênio nº 2019TR1571, a qual passa a ter como prazo final a data 27/05/2020, condicionada a sua eficácia à publicação, em extrato no Diário Oficial do Estado. DATA DA ASSINATURA: Florianópolis, 14/04/2020. RICARDO DE GOUVÊA, pela SAR, MELANIA APARECIDA MENEZES, município de VARGEM BONITA.

Cod. Mat.: 664657

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Ref.: Processo SAR nº 5727/2019 – Pregão nº 001/2019 – Contrato nº 040/2019

Interessado: Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. (CNPJ: 07.333.738/0001-34)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Adotando como razão de decidir os pareceres técnicos exarados pela SAR, bem como o Parecer Jurídico SAR 04/2020, cujos expedientes são partes integrantes e indissociáveis da presente, como se transcritos estivessem, DECIDO: a) Determinar a rescisão unilateral do contrato nº 040/2019, celebrado entre a SAR e a

empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. (CNPJ: 07.333.738/0001-34), na forma da Cláusula Décima, “a”, do referido contrato c/c art. 78, I, II e III, da Lei nº 8.666/93, especificamente no que se refere à parte inadimplida (fornecimento de 13 tratores 4x4 90 CV), mantendo-se vigente todas as relações obrigacionais referentes à parte adimplida (16 tratores 4x4 75CV), notadamente a garantia e a prestação de assistência técnica; a.1) Convalidar e formalizar a substituição dos tratores referentes ao item 01, consistentes na aceitação do fornecimento de 16 (dezesseis) tratores agrícolas 4x4 75 CV Marca Mahindra Modelo 6075.b) Aplicar multa à empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. no valor de R\$ 128.635,00 (Cento e vinte oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente a 10% da parte contratual inadimplente, na forma da Cláusula Décima Segunda, II, “b”, do Contrato; c) Determinar a suspensão/impedimento da empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. (CNPJ: 07.333.738/0001-34) do direito licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 09 meses, na forma da Cláusula Décima Segunda, III, “c”, “e” e “f” do respectivo Contrato c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02; d) Notificar a empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. para, no prazo de 05 dias úteis, promover a retirada de todos os tratores entregues em desacordo com o Edital, referente ao objeto da rescisão contratual; e) Suspender todo e qualquer pagamento à empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda., enquanto não quitada a multa aplicada, ainda que o crédito devido se refira à parte adimplida do Contrato nº 040/2020, nos termos da Cláusula Décima Segunda, VII, do referido Contrato, salvo se o pagamento for realizado com a respectiva retenção do valor referente à multa imposta; f) Decorrido o prazo de reconsideração e permanecendo incólume a presente decisão, DETERMINO: f.1) A Notificação da empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda., para, no prazo de 05 dias úteis, promover o pagamento da multa constante da alínea “b”, mediante DARE a ser emitido pela Gerência Financeira da SAR, sob pena de retenção do respectivo montante por ocasião do pagamento da parte adimplida do contrato, e, sucessivamente, inscrição em dívida ativa e cobrança judicial; f.2) Remessa dos autos à Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS para registro da decisão e cumprimento das penalidades impostas, em atendimento ao art. 117 do Decreto Estadual nº 2617/2009. Dê-se imediata ciência à empresa penalizada, à Diretoria Administrativa e Financeira, ao Setor de Licitações e Contratos e ao Controle Interno da SAR. Florianópolis/SC, 05 de março de 2020.

**Ricardo de Gouvêa**  
Secretário de Estado

Processo SAR nº 5727/2020  
Contrato 040/2019 (Pregão Eletrônico 001/2019)  
Interessado: Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. ME

DESPACHO EM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela empresa Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. ME em face da decisão administrativa que, em suma, determinou i) a rescisão unilateral do Contrato 040/2019 ii) a aplicação de multa no valor de R\$ 128.635,00 (Cento e vinte e oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente a 10% sobre a parcela inadimplida do contrato, e iii) a suspensão/impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 09 meses. Passando em revista o pedido de reconsideração, vislumbra-se que a Requerente, em linhas gerais, limitou-se a reiterar os argumentos ventilados na sua defesa, não indicando nenhum fato constitutivo, impeditivo ou suspensivo que infirmassem os fundamentos que resultaram na aplicação das sanções administrativas. A rigor, a Requerente insiste que os 13 tratores agrícolas tração 4x4 90 CV entregues não só atendem as especificações editalícias como são superiores ao solicitado. Tratando-se de matéria técnica, esta COJUR baixou aos autos em diligência para reavaliação dos tratores pelos engenheiros mecânicos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), bem como pela comissão técnica instituída pela SAR, à luz dos argumentos apresentados pela Requerente no pedido de reconsideração. Contudo, de forma categórica - diferentemente da manifestação do

responsável técnico da fabricante dos tratores (está no seu papel) -, todas as reavaliações efetuadas atestaram que o item de 13 tratores agrícolas tração 4x4 90 CV entregues pela Requerente não atendem as especificações do edital, senão vejamos: (...)

Nesse contexto, sem mais digressões, vislumbra-se que a rescisão unilateral do contrato com a aplicação das sanções correspondentes se mostrou absolutamente razoável - talvez até branda, não havendo espaço, destarte, para a rescisão amigável, mormente quando demonstrada a má-fé da Requerente em detrimento da administração pública, destacando-se que a ela foi facultada a possibilidade de corrigir a entrega efetuada, mas, não o fez. Isso posto, aparelhada nos pareceres técnicos constantes dos autos, cujos expedientes, doravante, passam a constituir parte integrante e indissociável desta manifestação, e permanecendo incontroversos os fatos que resultaram na aplicação das penalidades, a COJUR opina pelo indeferimento do pedido de reconsideração formulado, e, ato contínuo, recomenda a manutenção in totum da decisão administrativa impugnada.

Entretanto, ressalva-se a possibilidade de liberação do pagamento da Requerente no que se refere à parcela contratual adimplida, todavia, com a respectiva retenção da multa aplicada, no importe de R\$ 128.635,00 (Cento e vinte oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente, pois, a 10% da parcela contratual inadimplida.

É a manifestação. Florianópolis, 09 de abril de 2020.

Carlos Magno dos Santos Júnior  
Consultor Jurídico- OAB/SC 21.898-B

Processo SAR nº 5727/2020 Contrato 040/2019 (Pregão Eletrônico 001/2019)

Interessado: Araújo & Araújo Comércio de Máquinas Ltda. ME

DECISÃO EM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

1-Acolho integralmente os fundamentos do despacho retro, e, por corolário, indefiro o pedido de reconsideração formulado, mantendo incólume, portanto, a decisão administrativa objeto da insurgência. 2-Autorizo o pagamento referente à parcela contratual adimplida, todavia, com a respectiva retenção da multa aplicada, no importe de R\$128.635,00 (Cento e vinte oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente a 10% da parcela contratual inadimplida. 3-Notifique-se à empresa penalizada, para, no prazo de até 15 dias úteis, proceder à retirada da SAR de todos os tratores referentes à parcela contratual inadimplida. 4-Cumpra-se as demais determinações contidas na decisão administrativa que ora se consolida em definitivo. 5-Comunique-se com urgência a empresa penalizada, a Diretoria Administrativa e Financeira e o Setor de Licitações e Contratos da SAR, bem como a Secretaria de Estado da Administração (SEA), para registro e anotação das penalidades aplicadas. 6-Publique-se. Florianópolis/SC, 9 de abril de 2020.

**Ricardo de Gouvêa**  
Secretário de Estado

Cod. Mat.: 664676

Educação

PORTARIA P/856 - de 14/04/2020

TORNAR SEM EFEITO, conforme Processo SED 9649/2020, a admissão em caráter temporário de CARLA DA SILVEIRA DUTRA, matrícula 612.927-7-02, conforme Processo SED 9649/2020, efetuada pela Portaria P/615 de 08/03/2020.

PORTARIA P/857 - de 14/04/2020

TORNAR SEM EFEITO, conforme Processo SED 96600/2020, a admissão em caráter temporário de JUCÉLIA PRUDÊNCIO, matrícula 995.167-9-02, efetuada pela Portaria P/615 de 08/03/2020.

PORTARIA P/858 - de 14/04/2020

TORNAR SEM EFEITO, conforme Processo ADR20 3602/2020, a alteração de carga horária de VIVIANE DIAS CARDOSO, matrícula 387.997-6-03, efetuada pela Portaria P/537 de 02/03/2020, para regularizar situação funciona.



Governo do Estado de Santa Catarina

Governador  
**Carlos Moisés da Silva**

Vice-Governadora  
**Daniela Cristina Reinehr**

Secretário de Estado da Administração  
**Jorge Eduardo Tasca**

Secretário Adjunto da Administração  
**Luiz Antonio Dacol**

Diretor de Tecnologia e Inovação  
**Felix Fernando da Silva**

Gerente do Diário Oficial  
**Arlene Natália Cordeiro**

Secretaria de Estado da Administração  
Diretoria de Tecnologia e Inovação

Centro Administrativo  
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600  
Saco Grande II | CEP: 88.032-000  
Florianópolis | SC

CNPJ: 14.284.430/0001-97

SEA

(48) 3665-1400  
www.sea.sc.gov.br

DOE

(48) 3665-6267  
diariooficial@sea.sc.gov.br  
www.doe.sea.sc.gov.br